



A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal. Fólio 8. Margem inferior do fólio com a vista de Lisboa.
Ms ADD. 12531 Londres, British Library.

RESUMO

O estudo das cidades europeias da Idade Média tem confirmado que, ao contrário de visões simplistas ainda seguidas por muitos, elas se constituem como continuum em relação aos modelos da arquitectura e urbanismo da Antiguidade grega e romana, nomeadamente os veiculados pela tratadística. No caso de Lisboa medieval houve três momentos decisivos de alargamento estruturado: o primeiro, em tempos do rei D. Dinis e D. Fernando; o segundo com D. João I até à regência de D. Pedro; o terceiro, sob D. João II e D. Manuel.

LISBOA MEDIEVAL Breves Reflexões

José Custódio Vieira da Silva*

Reflectir, ainda que de modo muito breve, sobre a cidade de Lisboa medieval tem toda a razão de ser; e se alguma dúvida subsistisse sobre a justeza deste acto, bastaria citar apenas um conhecido medievalista – Jacques le Goff – para que esta premissa encontre a sua justificação plena: «Já o dissemos, mas vale a pena repeti-lo. [A Idade Média] É o período do nascimento da cidade. Todos podem constatá-lo no quotidiano. A cidade antiga é para nós um fenómeno totalmente morto, é um fenómeno de ruínas que uma vez estudadas não nos falam de uma coisa familiar. A cidade medieval é, pelo contrário, algo de ainda vivo e é a matriz das nossas actuais redes urbanas. A Idade Média é o nascimento do nosso sistema de ensino, de tudo o que permaneceu como base do nosso ensino...»¹.

Esta afirmação, ao mesmo tempo que valoriza de forma tão radical a cidade medieva, contém implícita uma oposição entre a cidade antiga e a cidade medieval, quer em termos da continuidade desta em relação àquela, quer em termos dos modelos seguidos na fundação de novas urbes. Uma ideia que um outro bem conhecido medievalista – Jacques Heers – expressa de uma forma bem curiosa: «Os nossos manuais antigos, e alguns ainda hoje, insistem constantemente sobre esta oposição, sobre estas transformações (...); falam das ruas tortuosas, mal ou não pavimentadas, casas muito diferentes umas das outras e desalinhas, regos malcheirosos no meio das ruas, montões de estrume ou de imundície a obstruir as encruzilhadas. (...) Sem chegar até a estes extremos de descrédito, frutos de uma lenda negra que se liga sempre aos tempos *medievais*, é evidente que a cidade, durante séculos, afirma claramente as suas originalidades e os seus particularismos: ausência de plano de conjunto, carácter descontínuo ou mesmo anárquico do tecido urbano, irregularidade

* Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

1 Jacques le GOFF. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1986 pág. 108.

flagrante dos alinhamentos, carência de grandes artérias de circulação e de espaços nobres reservados à vida social, e até mesmo monumentos municipais bem definidos; enfim (e sobretudo) fragmentação, dispersão, por vezes, de todas as actividades públicas – políticas, religiosas e lúdicas – num certo número de locais bem distintos, separados uns dos outros, sem relações aparentes; centros, legíveis em planta, de grupos socioprofissionais, de grupos de sangue e de vizinhança»².

Se esta imagem pode, apesar de tudo, corresponder em parte a um grande número de cidades medievais, é preciso não esquecer, porém, que não só a cidade antiga esteve sempre presente num certo *continuum* com a cidade da Idade Média como, em muitos casos, o conhecimento dos tratados de arquitectura e urbanismo antigos foram modelo presente na fundação de muitas cidades novas. É o que, talvez com algum sentido polemizante, afirma de novo Jacques Heers: «Ao contrário de todas as ideias geralmente aceites, é no fim da Idade Média, durante o período chamado *Renascimento*, que os fundadores de cidades, arquitectos, humanistas, se afastam deliberadamente do modelo romano, pondo em execução ideias novas, propondo planos de invenção pura. (...) Nesta época os arquitectos, familiares e conselheiros de príncipes, desenham-lhes sobretudo cidades de forma poligonal que responde melhor; segundo eles, aos imperativos da defesa. (...) o gosto pelo abstracto, pela perfeição geométrica, a procura do racional e do funcional, levam estas humanistas, irresistivelmente e de comum acordo, para figuras radiais, recintos circulares ou poligonais»³.

2 Jacques HEERS. *Espaces publics, espaces privés dans la ville. Le liber terminorum de Bologne (1294)*. Paris : Éditions du CNRS, 1984 pág. 10. No original: «Nos manuels d'autrefois, et quelques-uns encore, insistent constamment sur cette opposition, sur ces transformations (...); ils parlent des rues tortueuses, pas ou mal pavées, des maisons très différentes les unes des autres et mal alignées, des caniveaux puants au milieu de la chaussée, parfois même des tas de fumier ou d'immondices encombrant les carrefours. (...) Sans aller jusqu'à ces excès de dénigrement, fruits de la légende noire qui s'attache toujours aux temps 'médiévaux', il reste évident que la ville, pendant des siècles, affirme clairement ses originalités et ses particularismes : absence de plan d'ensemble, caractère discontinu sinon anarchique du tissu urbain, irrégularité flagrante des alignements, carence aussi de grandes artères de circulation et de beaux espaces réservés à la vie sociale, voire même de monuments municipaux bien définis; enfin et surtout fragmentation, dispersion parfois, de toutes activités publiques – politiques, religieuses et ludiques – dans un certain nombre de lieux bien distincts, séparés les uns des autres, sans relations apparentes; centres, lisibles sur le plan, de groupes socio-professionnels, de communautés de sang ou de voisinage.»

3 *Idem*, p. 14-15. No original: «C'est, au contraire de toutes les idées généralement reçues, à la fin du Moyen Age, durant la période appelée 'Renaissance', que les fondateurs de cités, architectes,

Esta introdução pareceu-me pertinente para vincar a importância e a urgência, nunca sublinhadas em demasia, de que se reveste o estudo do urbanismo da Lisboa medieval, pondo de lado certos fantasmas de índole histórica e mental que têm, talvez, o seu paradigma na vertente lamentosa e negativista veiculada, em 1571, por Francisco de Holanda na sua obra *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*⁴.

As reflexões que se seguem, muito sumárias, pretendem apenas inventariar alguns dos momentos que se me afiguram como os de maior importância no crescimento e afirmação da cidade de Lisboa durante a Idade Média. Esses momentos, no seguimento da conquista da cidade por D. Afonso Henriques, em 24 de Outubro de 1147, podem resumir-se fundamentalmente a três.

O primeiro, em meu entender, concretiza-se em tempos do rei D. Dinis (1261-1325) e recebe o seu corolário lógico com D. Fernando (1345-1383). O segundo inicia-se com D. João I (1357-1433), prolongando-se com a regência do infante D. Pedro (1392-1449), para (e correspondendo ao terceiro momento) atingir o seu apogeu nos fins do século XV e inícios do século XVI.

A Lisboa conquistada por D. Afonso Henriques (1109?-1185) fora, naturalmente, expandindo-se para fora da velha cerca moura, em duas direcções fundamentais: a Alfama, para nascente, a Baixa, para poente. Modelava-lhe o crescimento o rio Tejo; e se é verdade que esta orientação se manteve durante vários séculos, não é menos verdade que a Baixa começava, a pouco e pouco, a ganhar irresistível ascendência sobre a parte oriental. Para esta predominância contribuiu também fortemente a instalação, desde c. 1240, do grande complexo monástico franciscano – a «cidade de S. Francisco», como haveria de ser chamada – na colina fronteira ao castelo, tendo o vale da Baixa de permeio. De qualquer modo, era a maior facilidade de acesso ao rio Tejo que atraía mercadores e artífices para a sua proximidade.

humanistes, s'écartent délibérément du modèle romain, mettent alors en avant des idées nouvelles, proposant des plans de pure invention. (...) A cette époque les architectes, familiers et conseillers des princes, leur dessinent plutôt des cités de forme polygonale qui répondent mieux, d'après eux, aux impératifs de la défense. (...) le goût de l'abstrait, de la perfection géométrique, la recherche du rationnel et du fonctionnel, portent ces humanistes, irrésistiblement et d'un commun accord, vers des figures radiales, des enceintes circulaires ou polygonales.»

4 Francisco de Holanda. *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte 1984. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves.

Assim, o primeiro momento de intervenção decidida na definição urbanística de Lisboa é dado por D. Dinis, com a abertura da Rua Nova, paralela ao rio e seguindo a direcção do Poente. A construção, ao mesmo tempo, das Terceiras Reais e Estaleiros junto da escarpa de S. Francisco, que obrigou a aterros na zona do esteiro, define de modo claro e definitivo os rumos preferenciais de expansão de Lisboa.

Começou ainda D. Dinis uma muralha na zona da Ribeira, que não chegou a ver concluída: talvez o sentimento de segurança de todo o reino, alicerçado num esforço notável de construção de novos castelos e reparação dos antigos, tenha contribuído para que D. Dinis e os seus mais directos sucessores deixassem a cidade (que começava a ser a *capital*) desguarnecida na sua defesa. Daí a pressa com que D. Fernando, após a entrada sem resistência das tropas castelhanas de Henrique II em Lisboa, em 23 de Fevereiro de 1373, rodeou de muralhas a cidade. Esta cerca fernandina, começada em Setembro desse mesmo ano, ao englobar no seu interior todas as novas áreas urbanas que jamais haviam sentido tal aconchego por parte da velha cerca moura, acaba por tornar-se factor primordial na modelação de uma nova imagem da cidade de Lisboa que só no século XVI se irá alterar de forma mais vinculada.

O segundo momento importante no desenvolvimento urbanístico de Lisboa coincide com o reinado de D. João I, logo após o de D. Fernando. Beneficiando da pacificação do país e como que em recompensa do apoio que a «sua» cidade de Lisboa lhe prestara durante toda a crise de 1383-1385, também D. João I, a exemplo de D. Dinis, manda abrir uma nova artéria qualificada, a Rua Nova d'El-Rei, mas desta vez perpendicular ao rio Tejo. Com esta medida de grande impacto urbanístico, impõe ordem em algum do caos urbano da Baixa, obrigando a arruinar os mesteres e, da mesma forma, unindo à Ribeira o outro espaço que se tornará coração e símbolo mais excelente de Lisboa – o Rossio.

Se é um facto que a instalação nesse lugar do Convento de S. Domingos, em 1240, havia já começado a realçar-lhe a importância de maior espaço público lisboeta, a verdade é que a abertura da Rua Nova d'El-Rei, efectuada por D. João I, liberta-o para a comunicação directa com o rio. Desenha-se, desta forma, um dos eixos mais vitais da modelação urbanística da Lisboa medieval, mantido, no essencial da sua importância material e simbólica (mesmo tendo em conta a profundíssima alteração imposta pelo terramoto de 1755), até aos nossos dias.

Entretanto, a construção do Convento do Carmo pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) – um dos mais importantes obreiros, com D. João I, da consolidação da independência – em colina sobranceira ao Rossio, mais veio acentuar, com a sua massa enorme rivalizando visualmente com a da Sé e do próprio castelo, na colina oposta, o papel altamente dinâmico que, como centro catalizador da vida urbana, o eixo Rossio-Ribeira assume em definitivo na imagem da Lisboa medieval.

A partir desta data e até ao reinado de D. Manuel I (1469-1521), este velho *forum* lisboeta vê erguerem-se alguns dos edifícios que, a par da sua individualizada importância emblemática, lhe transmitirão, durante vários séculos, a sua modelação urbana mais característica.

O primeiro, demarcando-lhe majestosamente o espaço a Norte, foi erguido por iniciativa do infante D. Pedro, quando regente do Reino (1439-1446): trata-se do paço dos Estaus, (mais tarde Palácio da Inquisição e hoje, no seu lugar, Teatro Nacional D. Maria II); o segundo, era o conjunto grandioso e com um programa inovador do Hospital de Todos os Santos e que, mandado edificar por D. João II (1455-1495), o completava pelo lado de Nascente.

A Ribeira, entretanto, ia ganhando expressão sempre mais vinculada na dinâmica da urbe lisboeta, assumindo-se como o centro organizador de todo o tráfico ultramarino em constante aumento.

Por volta de 1434 surge a primeira expressão dessa renovada centralidade: ergue-se a Casa de Ceuta, sucessivamente mudada em Casa da Guiné e Casa da Mina. E quando, em 1502, uma última mudança a intitula de Casa da Índia, algo de mais fundamental se passava nessa Lisboa do final da Idade Média. Assiste-se, com efeito, a uma modificação profunda na sua estrutura urbana, física e simbolicamente, com a instalação da corte junto ao rio, num paço real rapidamente construído para fora da cerca.

Na verdade, o abandono definitivo pelo rei D. Manuel I, no princípio do século XVI, dos velhos Paços da Alcáçova por troca com os novos da Ribeira, bem junto ao rio, marca definitivamente não só a mudança mental dos novos tempos como imprime também uma nova força ao crescimento urbanístico de Lisboa. «Folgando de ser presente», como diz Gaspar Correia, no ponto vital do novo comércio, D. Manuel I descia ao Tejo de que mais uma vez dependia o destino da sua capital. E, com ele, também o centro político da cidade se transfere agora para o novo Terreiro do Paço, complemento do Rossio, praças que polarizam a vivência dos habitantes, naturais ou estrangeiros, da urbe lisboeta.

Embora a cidade se vá, entretanto, alargando também para Oriente, até Xabregas, é na direcção do sol posto que Lisboa, acompanhando sempre o seu rio e como que querendo, com ele, alcançar o mar, busca novos lanços de expansão: por essa orla vão surgindo, sucessivamente, como pontos aglutinadores desse crescimento, o Paço de Santos, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém.

Entretanto, encostado ao lanço ocidental da muralha fernandina, um novo bairro, nascendo junto ao rio e crescendo pela colina, começava a delinear o seu traçado regular; num tempo demorado que se prolongará por todo o século XVI mas que se assumirá como uma das criações mais características do urbanismo lisboeta – o Bairro Alto. Outros tempos, porém, que já não os medievais, melhor poderão delinear a história dessa nova Lisboa que se irmana, apesar de tudo, com aquela outra virada ao Tejo porque também dele, afinal, nascida.

LISBOA MANUELINA

Problemas de Conceito ¹

Paulo Pereira*

Lisboa Manuelina

O impacto da expansão ultramarina, em especial a do Índico, fez-se sentir fortemente na sociedade da época (e na cidade de Lisboa, muito particularmente), quer em termos da formação do gosto, quer em programas construtivos e artísticos. Desde logo, as naus da “carreira da Índia” que aportavam a Lisboa, tornavam-se responsáveis pela importação – à margem do monopólio real – de valiosos objectos que iriam incorporar bens particulares quando não entravam directamente para o mercado corrente.

Assumindo-se como centro do comércio mundial, a cidade passaria a oferecer uma variedade impar de produtos de luxo, conforme Garcia de Resende daria conta nos versos da sua “Miscelânea”: *ouro, prata, brocados/de mil feitos, muy fremosos/ entre talhos e borlados/ muytos e sotis chapados, muy ricos e pouco custosos/ ricas sedas de mil fortes,/ alcatifas, chamalotes/ porcelanas, beijoins, / sinabaços, rambotis...*

Era então enorme a azáfama na Rua Nova dos Mercadores em Lisboa. Situada perto do rio Tejo, em zona de comércio intenso, esta artéria da que era então uma das mais populosas cidades europeias, possuía um notável perfil urbano, com edifícios de habitação de cinco andares, onde o piso térreo era ocupado pelas mais bem fornecidas lojas de toda a Europa em matérias-primas e objectos provenientes do Oriente e de África, autênticos “gabinetes de curiosidades”. Uma turba de estrangeiros fazia de Lisboa uma verdadeira babilónia, enquanto os escravos e servidores negros engrossavam o número da-

* Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

¹ Este texto é a refundição de diversos ensaios (publicados entre 1995 e 2002) que, ao que creio, respondem melhor ao que foi improvisado na comunicação do VIII Curso Livre, centrando-me na questão da Lisboa Manuelina.